... continuação

Engevix Engenharia e Projetos S.A.

21. Receita operacional líquida

	2017	2016
Serviços prestados	101.160	141.934
Revendas de mercadoria	368	604
Outras receitas	14.283	10.492
Receita bruta	**115.811**	**153.030**
Impostos incidentes sobre a receita	(13.602)	(16.750)
	102.209	**136.280**

22. Custos operacionais

	2017	2016
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(52.129)	(75.459)
Serviços prestados de terceiros	(6.198)	(15.064)
Materiais	(345)	(5.149)
Locação de máquinas e equipamentos	–	(2.590)
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(1.565)	(3.847)
Ocupação (depreciação, aluguel e seguros patrimoniais)	(3.711)	(1.243)
Outros custos	(258)	(4.158)
	(64.206)	**(107.510)**

23. Despesas administrativas e gerais

	2017	2016
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(16.692)	(23.684)
Serviços prestados de terceiros	(3.509)	(5.434)
Ocupação (depreciação, aluguel e seguros patrimoniais)	(692)	(2.809)
Luz, água, telefone e correios	(888)	(934)
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(6.541)	(23.262)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	–	(147)
Provisão para contingências (trabalhistas, fiscais e cíveis)	7.643	(11.791)
Outras despesas	(12.498)	(9.213)
	(33.177)	**(77.274)**

24. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros recebidos e auferidos	5.718	5.487
Variações monetárias e cambiais ativas	1	1.475
Rendimento de aplicações financeiras	1	–
Descontos obtidos	574	68
Outras receitas financeiras	544	297
	6.838	**7.327**
Despesas financeiras		
Juros financeiros	(32.371)	(37.427)
Juros e multas de mora	(13.880)	(17.307)
Fianças e seguro garantia	(1.432)	(1.093)
Variações monetária e cambiais passivas	(29)	–
IOF – Impostos sobre operações financeiras	(2.187)	(1.890)
Tarifas e serviços bancários	(140)	(30)
Outras despesas financeiras	(513)	575
	(50.552)	**(57.172)**

A uniformidade no tratamento de riscos na Companhia é assegurada através da Política de Seguros e da Política de Garantias ("Políticas"), que definem os conceitos básicos, diretrizes gerais e competências para a contratação e administração dos mesmos e para o relacionamento com o mercado segurador. Para o exercício findo em 31/12/2017 e 2016, as "Políticas" foram cumpridas em toda sua extensão, não havendo notícia de qualquer risco sob o amparo das "Políticas" que não tenham sido devidamente analisados e mitigados, ou de ocorrência de sinistro sem cobertura adequada.

25. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido

	2017	2016
Prejuízo operacional antes dos impostos	(26.305)	(102.817)
Provisões não dedutíveis	(8.680)	26.281
Demais despesas não dedutíveis	44.442	2.652
Resultado de equivalência patrimonial	1.109	(1.210)
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	**10.566**	**(75.094)**
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	(3.170)	–
Lucro real depois da compensação de prejuízos fiscais	**7.396**	**(75.094)**
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(2.491)**	–
Impostos diferidos do exercício	**(4.029)**	–

26. Cobertura de seguros e garantias – a. Seguro patrimonial: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2017, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas:

Modalidade	Riscos cobertos	Limite Máximo de Indenização
Empresarial	Incêndio/queda de raio/explosão	26.200
	Danos elétricos	1.000
	Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	1.000
	Equipamento eletrônico sem roubo	2.000
	Equipamentos portáteis	10
	Impacto de veículo terrestre	1.570
	Perda ou pagamento de aluguel a terceiros	30
	Quebra de vidros, espelhos, mármores e granitos	300
	Responsabilidade civil das operações	4.565
	Responsabilidade civil – empregador	1.000
	Roubo ou furto qualificado de bens	300
	Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	700
	Recoposição de registro e documento	10
Auto frotas	Casco	**Tabela FIPE**
	Danos materiais	1000
	Danos corporais	1350
	Danos morais	170
	Morte por passageiros	35
	Invalidez por passageiro	35
Equipamentos	Danos elétricos	2.130
	Roubo/Furto	12.324

b. Carta de fiança bancária e garantias: A empresa contratou cartas de fiança bancária e seguros garantias como forma de garantir a prestação de serviços de seus contratos, demonstradas abaixo:

Seguradoras	Avais e fianças	Valor da dívida
Seguradora Chubb	Seguro garantia	39
Seguradora J. Malucelli	Seguro garantia	11.743
Seguradora Swiss Re	Seguro garantia	12
Seguradora Berkley	Seguro garantia	85
Seguradora Pottencial	Seguro garantia	37
Seguradora Alpha Bank	Seguro garantia	183
Seguradora Analysisbank	Seguro garantia	539

c. Garantidor solidário de operações de créditos bancários da Ecovix: Em dezembro de 2016, a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A., empresa do Grupo, protocolou o pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Em função da Companhia e a sua controladora serem os garantidores solidários de operações dos empréstimos bancários contraídos pela Ecovix, as mesmas estão sujeitas a eventuais cobranças por essas instituições financeiras, caso a Ecovix não cumprir com suas obrigações contratuais.

d. Garantia – Fundo Rio Formoso II: Cotas de participação do Fundo Rio Formoso II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, foram bloqueadas como parte de garantia dos processos movidos pela Fazenda Nacional, Ministério Publico e Brasil Plural S.A. Banco Multiplo, perfazendo um total de 307.027,77794776 cotas bloqueadas. **27. Instrumentos financeiros – a. Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto no CPC 39 Instrumentos financeiros – Apresentação, a Companhia não está apresentando a análise de sensibilidade dos seus instrumentos financeiros, por entender que os potenciais ajustes/efeitos que sofra em decorrência da exposição dos seus instrumentos financeiros indexados aos índices de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, não sejam relevantes no contexto das operações da Companhia.

b. Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2017	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos e passivos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1.582	–	–	1.582
Contas a receber de clientes	–	77.597	–	77.597
Conta corrente entre empresas	–	243.414	–	243.414
Outros ativos	–	165	–	165
	1.582	**321.176**	**–**	**322.758**
Fornecedores	–	–	18.726	18.726
Empréstimos e financiamentos	–	–	144.891	144.891
Conta corrente entre empresas	–	–	96.280	96.280
	–	**–**	**259.897**	**259.897**

31/12/2016	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos e passivos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	3.660	–	–	3.660
Contas a receber de clientes	–	138.495	–	138.495
Conta corrente entre empresas	–	411.864	–	411.864
Outros ativos	–	5.141	–	5.141
	3.660	**555.500**	**–**	**559.160**
Fornecedores	–	–	29.608	29.608
Empréstimos e financiamentos	–	–	127.079	127.079
Conta corrente entre empresas	–	–	320.694	320.694
Outros passivos	–	–	1.899	1.899
	–	**–**	**479.279**	**479.279**

c. Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre o valor justo. Especificamente quanto a essa divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • **Nível 1 –** Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • **Nível 2 –** Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • **Nível 3 –** Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização. **28. Benefícios a empregados – Plano de suplementação de aposentadoria –** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantêm plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participação nos lucros, além daqueles exigidos por lei. **29. Operação "Lava Jato" –** Em março de 2014, a Companhia tomou conhecimento da denominada "Operação Lava Jato". A Administração da Companhia, apoiada por especialistas externos por ela contratados, adotou diversas medidas objetivando esclarecer os fatos, identificar possíveis riscos e as consequências nas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração e seus especialistas contratados analisaram os registros contábeis e financeiros, e efetuaram investigações de natureza forense nos arquivos, documentos e transações da Companhia, com o objetivo de identificar eventuais indícios de desvios de conduta ou descumprimento das normas de *Compliance*, regidas pelo Programa Interno de Gestão da Ética e Integridade. Em decorrência destas investigações, pagamentos efetuados a prestadores de serviços avaliados como suspeitos foram desconsiderados das despesas dedutíveis. Em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal através da Justiça Federal do Estado do Paraná, a Companhia garantiu o juízo no montante de R$ 153 milhões, através do bloqueio de bens imóveis e ações da Companhia detidas pela holding Nova Engevix Participações S.A.. A Companhia estima que já incorreu em prejuízo em contratos com a Petrobras, desde 2011 até a presente data, no montante de R$ 700 milhões. As investigações continuam em andamento e, portanto, outros fatos poderão vir a ser conhecidos e serão avaliados pela Administração, se houver impacto na continuidade das operações e capacidade financeira. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam que o eventual desembolso, se houver, decorrente dos riscos quantificados será exigido no médio e longo prazos e poderão ser suportados pelo fluxo de caixa gerado pelas operações. A Companhia está em negociação com o Ministério Público Federal, conforme documento datada de abril de 2017, para formalizar o acordo de leniência visando aperfeiçoar seus controles internos e garantir continuidade nas suas operações. **30. Sistema de Gestão de Compliance –** Com o objetivo de fortalecer o Programa de Integridade da Nova Engevix foi criado o Comitê Independente de Compliance para a gestão dos controles internos. Com um formato moderno e arrojado, este Comitê é formado por 3 membros independentes, de grande experiência e reconhecida capacitação no mercado brasileiro. Sua atuação será absolutamente independente com respeito a acionistas e corpo funcional da empresa. O Comitê, possui entre outras e não se limita as seguintes atribuições: Zelar pelos princípios estabelecidos na Política; Estabelecer novas diretrizes, quando necessário; Avaliar continuamente os trabalhos de Controle Interno; Recomendar ações corretivas, ações preventivas, ações de melhoria para tratativa de possíveis situações, bem como, para a melhoria contínua do Programa de Compliance; Dirimir controvérsias; Rever os parâmetros de riscos e controles; – Estabelecer periodicidade para reuniões e registro em atas; Avaliar metodologias de Controle Interno e Compliance. O Comitê Independente de Compliance encontra-se periodicamente em reuniões onde são tratados assuntos inerentes ao Programa de Integridade, por exemplo: 1. Os processos da(s) EMPRESA(s) e do(s) CONTRATO(s); 2. A manutenção da implantação do Programa de Integridade obedecendo os requisitos da Lei 12.846/13 regulamentada pelo Decreto 8.420/15 quanto aos seus dezesseis parâmetros. Depois da crise instaurada em 2014, o Grupo ENGEVIX, sob um Sistema de Gestão da Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional, denominado SIG e Certificado, INMETRO e IQNet, pela FCAV – Fundação Carlos Alberto Vanzolini, sob a ótica da ISO – Internacional Standard Organization, validado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, implantado e melhorado ao longo de 15 anos incluindo conscientização dos colaboradores e principalmente engajamento dos gestores, apresentou e defendeu em Abril e Julho de 2015: Processo nº 00190.025829/2014-39, o seu Sistema de Gestão de Compliance ao CGU – Controladoria Geral da União.

Fernando da Silva Schmidt
Diretor

Higor Teixeira Lima
Contador CRC 1SP 248.623/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração, Administradores e Acionistas da
Engevix Engenharia e Projetos S.A.
Barueri-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Engevix Engenharia e Projetos S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engevix Engenharia e Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva –** ***Realização de crédito tributário:*** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 10, a Companhia registrou os créditos tributários relativos a prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, cuja realização depende do sucesso da implementação do plano de negócios da Companhia. No entanto, em função de prejuízos operacionais apresentados nos últimos anos, o montante de R$ 184 milhões (R$ 214 milhões em 2016) registrado como ativo diferido poderá ser de difícil realização nos próximos anos. Dessa forma, o saldo de ativo diferido, resultado do exercício e patrimônio líquido estão superavaliados em R$ 184 milhões (R$ 214 milhões em 2016). ***Compensação de saldos ativos e passivos:*** A Companhia está apresentando, em 31 de dezembro de 2017, de forma líquida os saldos relativos as suas operações de clientes com adiantamento de clientes, fornecedores com adiantamento a fornecedores. Como consequência, os valores do ativo estão subavaliados em R$ 16 milhões (R$ 137 milhões em 2016) e os do passivo estão subavaliados em R$ 16 milhões (R$ 24 milhões em 2015). ***Adiantamento para futuro aumento de capital:*** Conforme nota explicativa nº 20, a Companhia registrou na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R$ 220 milhões, por parte de sua controladora Nova Engevix Participações S.A.. No entanto, tal registro não está suportado por documentação hábil e comprobatória que pudesse verificar tal obrigação. Dessa forma, o ativo e o patrimônio líquido está apresentado a maior em R$ 220 milhões. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Provisões para contingências: Nota explicativa nº 19:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil de uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das políticas contábeis aplicadas pela administração da Companhia para a classificação de ações e processos judiciais e administrativos, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; • Verificação da aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados. • Analisamos as provisões reconhecidas e os valores de contingências passivas divulgados, levando em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente para casos significativos. • Obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, reclamatórias e posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, preparados por assessores tributários e/ou jurídicos internos e externos, bem como a obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo os casos mais significativos. • Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das provisões e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, tomadas em conjunto. **Prejuízo fiscal a compensar: Nota explicativa nº 9:** A Companhia aderiu aos programas de parcelamentos especiais com a utilização de créditos tributários relativos aos prejuízos fiscais e saldos negativos da contribuição social sobre o lucro líquido sancionado pelo governo federal (PRT e PERT). • **Programa de regularização tributária (PRT)**, instituída pela Medida Provisória nº 766/17 e regulamentada pela Receita Federal do Brasil pela Instrução Normativa nº 1.687/17, trouxe as diretrizes para a quitação de eventuais débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com a utilização inclusive de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. • **Programa especial de regularização tributária (PERT)**, instituída pela Medida Provisória nº 783/17 e alterada pela Medida Provisória nº 807/17 e regulamentada pela Receita Federal do Brasil pela Instrução Normativa nº 1.711/17 e alterada pela Instrução Normativa nº 1.754/17, trouxe as diretrizes para a quitação de eventuais débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com a utilização inclusive de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Revisão do levantamento dos prejuízos fiscais com base nos livros de apuração do lucro real; • Revisão dos procedimentos e parcelamento de valores parcelados pelos programas especiais de parcelamento; • Verificação da consolidação de débitos previdenciários perante a Receita Federal; • Verificação da adesão ao PERT de débitos federais para fins de consolidação junto a Receita Federal. • Revisão da adequada divulgação nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o reconhecimento do prejuízo fiscal a compensar e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Conta corrente entre empresas: Nota explicativa nº 11:** A Companhia mantém elevado volume de operações entre empresas do mesmo grupo econômico. Considerando o volume de transações envolvidas e mediante o cenário econômico que a Companhia e as demais empresa do grupo econômico vem apresentando, em decorrência da redução do nível de atividade e pelos motivos apresentados na Nota Explicativa nº 29 (Operação Lava Jato), os quais podem impactar o valor reconhecido nas demonstrações contábeis, tanto no ativo, passivo e no resultado. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das transações com partes relacionadas avaliando o momento do reconhecimento dos fluxos financeiros entre as empresas do grupo; • Realização de testes de atualização monetária dessas transações e a sua adequada contabilização na conta de resultado com base nos contratos de mútuos firmados; • Revisão dos controles internos determinados pela administração da Companhia para tais operações entre empresas dos Grupo. • Revisão da adequada divulgação nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as transações envolvendo operações com partes relacionadas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Investimentos: Nota explicativa nº 12:** A Companhia possui investimentos no território nacional e no exterior em função de suas atividades operacionais. Dentre esses investimentos, cabe destacar a participação no Rio Formoso II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados Multissetorial NP. Em 24 de agosto de 2016, a Companhia subscreveu os direitos creditórios do: procedimento arbitral nº 79/2014/SEC3 em trâmite perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá como parte requerente o Consórcio Rnest O. C. Edificações; dos processos nº 1014321-57.2013.8.24.0023 e 0896149-59.2013.8.24.0023 junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis-SC – contra a Centrais Elétricas S/A – ELETROSUL; do processo nº 0333444-48.2014.8.24.0023 junto a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis-SC – contra a Centrais Elétricas S/A – ELETROSUL; do processo nº 0851684-62.2013.8.24.0023 junto a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis-SC – contra a Centrais Elétricas S/A – ELETROSUL; do processo nº 00459115-88.2014.8.19.0001 junto a 48ª Vara Cível da Comarca do Rio de janeiro-RJ; e do processo nº 0002250-92.2015.8.19.0018 junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Macaé-RJ. O montante de valores envolvidos totaliza R$ 1.000.658. E, dessas cotas foram bloqueadas como parte de garantia pelo empréstimo tomado junto ao Banco Brasil Plural S.A. Banco Multiplo e de processos movidos pelo Ministério Público Federal e Fazenda Nacional. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Revisão do estatuto do Rio Formoso II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados Multissetorial NP; • Verificação do cálculo do teste de recuperabilidade do valor de suas cotas suportada por laudo emitido por empresa especializada; • Verificação da memória de cálculo da atualização de suas cotas e da equivalência patrimonial; • Verificação dos controles internos adotados pela administração da Companhia das cotas bloqueadas como parte de garantia. • Revisão da adequada divulgação nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o saldo de investimentos, suas equivalências patrimoniais e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos -** ***Ênfase – Garantias:*** Conforme nota explicativa nº 26 (c), a Companhia é garantidor solidário, juntamente com a Nova Engevix Participações S.A., em operações de crédito bancário da Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. (empresa do grupo). Em 16 de dezembro de 2016, a Ecovix protocolou o pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande após um processo de reestruturação financeira e operacional em função da rescisão por parte da Petrobrás dos contratos EPC's 3500.0000001.10.2 (Guara BV) e 3900.0000001.10.2 (Tupi BV) relativos à construção de oito cascos para as plataformas de petróleo. ***Ênfase – Operação "Lava Jato":*** Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia está sendo investigada na "Operação Lava Jato". A Companhia ofereceu em garantia o montante de R$ 153 milhões, por meio de bloqueio de bens imóveis e ações da Companhia detidas pela holding Nova Engevix Participações S.A., e os pagamentos efetuados a prestadores de serviços como suspeitos desta operação foram levantados e serão considerados passíveis de tributação. As investigações continuam em andamento e, portanto, outros fatos poderão vir a ser conhecidos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. A Companhia também é alvo de investigação na operação Pripyat, desdobramento da 16ª fase da Operação Lava Jato, a Radioatividade, deflagrada em julho de 2016 referente à obra da Usina de Angra 3. As investigações continuam em andamento e, portanto, outros fatos poderão vir a ser conhecidos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. ***Ênfase – Auditoria do ano anterior:*** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós auditada e emitimos relatório de auditoria com ressalvas, datado em 21 de abril de 2017, referentes a realização de créditos tributários e compensação de saldos ativos e passivos conforme ressalvas descritas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Também apresentamos ressalva pelo fato das cotas do Rio Formoso II Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados Multisetorial NP, na qual a Companhia detinha 90,81% de cotas não estavam apresentadas a valor de mercado conforme regras e procedimentos definidos pela Administradora (Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), aceitos pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 23 de abril de 2018

Unity Auditores Independentes – CRC 2SP 026.236
Edison Ryu Ishikura – Contador CRC 1SP 200.894/O-0

Educação Financeira: você sabe o que é e para que serve?

Você sabe o que é Educação Financeira? Sabe para que serve? A área de serviços ao Consumidor da Boa Vista SCPC aproveita o Dia da Educação, comemorado neste sábado, dia 28 de abril, para abordar o tema Educação Financeira, conceito que ganhou mais relevância nas duas últimas décadas no país, período em que houve uma melhora da situação econômica em virtude de três principais determinantes: controle da inflação, aumento da bancarização e do crédito

Como explica Pablo Nemirovsky, superintendente de Serviços ao Consumidor da Boa Vista, usualmente a palavra educação é associada ao ambiente escolar e acadêmico, mas é muito mais abrangente e se aplica também no âmbito social e familiar. A Educação Financeira propriamente, introduz conceitos financeiros e orienta as pessoas a aprimorar sua relação com o dinheiro, ajudando-as a usá-lo de forma mais responsável e consciente no curto, médio e longo prazo.

Pelo viés econômico, o economista da Boa Vista SCPC, Flávio Calife, explica que o controle da inflação, o aumento da bancarização e bem como do crédito associados, nas últimas duas décadas, permitiram ao brasileiro de renda média uma oportunidade de compreender melhor o conceito de planejamento financeiro, difundido pela Educação Financeira, e que consiste na prática em identificar a situação financeira atual, lançando receitas e despesas.

"Em Educação Financeira buscamos orientar as pessoas sobre a importância da gestão de suas finanças e de seu patrimônio, para que evitem problemas como superendividamento e inadimplência, principalmente em momentos de crise, já que infortúnios financeiros acontecem, mas com organização e planejamento esses contratempos podem ser minimizados e superados", ressalta Nemirovsky.

Com o auxílio da Educação Financeira as pessoas aprendem a organizar as contas, a cortar gastos, e a poupar para concretizar projetos, sejam eles profissionais ou pessoais, que vão desde um curso, uma viagem, a compra de um carro ou um imóvel, até abrir seu próprio negócio. "O primeiro passo é colocar no papel ou em uma planilha no Excel, receitas e despesas, e assim identificar qual é a situação financeira", detalha.

As crianças também podem ser estimuladas a refletir sobre o que é o dinheiro, para que possam crescer mais familiarizadas

com este assunto. É comum ver adultos com dificuldade em gerenciar o salário e ou a conta bancária, por exemplo. E a Educação Financeira, quando introduzida desde cedo, contribui para que na vida adulta as pessoas saibam gerenciar melhor as finanças e evitem passar por essas situações

No portal Consumidor Positivo da Boa Vista há uma série de informações que ajudam o consumidor a se informar melhor sobre o tema e até mesmo a organizar as contas com o uso de uma planilha simples e de uma cartilha que dá dicas importantes para os consumidores. No portal também é possível fazer a consulta de CPF, para identificar débitos pendentes e consultar o score (pontuação de crédito). Informar que teve um documento roubado. Fazer a adesão ao Cadastro Positivo, e muito mais. E o melhor, todos esses serviços são de graça. Para utilizá-los acesse: (www.consumidorpositivo.com.br).

Micro influenciadores são a aposta da vez?

Eden Wiedemann (*)

Nos últimos 12 anos, as redes sociais nos moldaram para que acreditássemos que quantidade valia mais que qualidade

Todo mundo quer ser o melhor no mundo digital, como se seus um milhão de amigos determinasse seu real valor. Muito simples. Um "aceito" e você ganha mais um "amigo". Mas o termo já perdeu valor. Hoje você é amigo de pessoas que nem conhece, que é indiferente em sua vida. E isso vale para marcas também. Somos todos adolescentes em uma eterna disputa de "o meu é melhor que o seu".

Mas não durou muito e fomos lembrados da realidade. Enquanto todos os esforços estavam em investir rios de dinheiro para ganhar números cada vez maiores, vimos o alcance orgânico diminuir, diminuir, diminuir. Não basta você ter "amigos" se eles não vão atrás da sua marca ou negócio. E agora a pergunta que surge é: como resolver? Vi uma série de artigos que apontam os influenciadores como tendência e tenho minhas restrições quanto a isso.

Nos últimos meses fomos acionados por grandes marcas que nos apresentaram o mesmo problema: sempre as mesmas listas de influenciadores